

REVISÕES CRÍTICAS

Collyer, Fran; Connell, Raewyn; Maia, João; Morell, Robert (2019), *Knowledge and Global Power: Making New Sciences in the South*. Clayton: Monash University Publishing, 217 pp.

A ciência tem ocupado o centro das instituições sociais desde o século XVII e, desde então, sua força reside na capacidade de organizar a ordem cognitiva do mundo. Da mesma forma, seu produto mais valioso, o conhecimento, desde pelo menos o século XIX, coloca-se como um índice que separa o atraso do progresso, as luzes do obscurantismo. Neste sentido, a ciência é uma instituição que colabora em processos mais amplos de hierarquização da sociedade, com um léxico conhecido de expressões de uso comum e generalizado: metrópole/colônia, centro/periferia, ciência de ponta/ciência atrasada, impacto/irrelevância. Assim, mais do que uma mera ordem abstrata de métodos e teorias, a ciência sempre se relacionou com a ordem social mais ampla, imbricando-se a processos generalizados de poder (ver Merton, 1970; Morel, 1979; Shapin, 1995). O livro *Knowledge and Global Power: Making New Science in the South* (Collyer *et al.*, 2019), recentemente lançado pela editora Monash, oferece avanços empíricos para se pensar a relação entre hierarquias cognitivas globais, ciência e poder.

O ponto de partida dos autores é o que se convencionou chamar de economia global do conhecimento, ou seja, os modos como o conhecimento é feito, disseminado e recebido, e como tais processos são marcados por desigualdades, as quais colaboram na construção das hierarquias indicadas acima. No livro, esta economia

ainda é marcada pela hegemonia dos países do Norte global (expressão utilizada pelos autores da obra), em grande parte porque seus poderes imperiais construídos nos séculos XIX e XX mantêm-se relevantes para a concretização do seu lugar de centro da produção do conhecimento científico, influenciando os demais países localizados na periferia. Estes pontos têm como pano de fundo a teoria social pós-colonial, amplamente utilizada na obra.

Para discutir processos de hegemonia e dependência na ciência, os autores partem do estudo de novos campos de conhecimento – como são exemplo o VIH/SIDA, as mudanças climáticas e os estudos de gênero – em contextos do Sul global (especificamente no Brasil, África do Sul e Austrália). Tal foco é justificado lançando mão do argumento de que “novos domínios poderiam estar mais abertos a novos atores e não possuiriam limites resolvidos, e neles, as questões da dependência poderiam ser mais colocadas em causa” (Collyer *et al.*, 2019: xvi).¹ O que aproximaria estes países tem a ver com a posição dos mesmos na economia global do conhecimento no sentido da “extroversão” – termo usado por Hountondji (1997) para se referir à dinâmica prática da periferia, orientada tanto por conceitos, teorias e métodos do centro, como também pela incapacidade de esses países estabelecerem agendas globais de pesquisa, com objetos, métodos e teorias emergentes a partir das suas pesquisas.

¹ Todas as traduções apresentadas são da responsabilidade do autor.

O livro interessa também em função da escala global da pesquisa, possibilitando a comparação entre os casos escolhidos. Aqui cruzaram-se os mais variados métodos de coletas – entrevistas semiestruturadas com pesquisadores, fontes documentais, etnografia, ferramentas da Web of Science – e análises qualitativas – história de vida, história oral, análise documental – e quantitativas, usando dados bibliográficos dos autores e dos centros pesquisados. Esse conjunto de métodos constitui um quadro rico e amplo das questões elencadas, dando robustez ao argumento ao longo do texto. Os sete capítulos que compõem o livro estão bem concatenados, do mais conceitual capítulo 1, que introduz o conceito de economia global do conhecimento, ao capítulo 7, que relaciona as partes, apresentando uma visão global do significado dos achados da pesquisa. Neste caminho narrativo, entre as partes e o todo, pode-se perceber a lógica geopolítica do conhecimento científico. Há toda uma recente literatura dos estudos sociais da ciência e tecnologia, às quais o livro em tela veio a se somar, que tem assumido as desigualdades e hierarquias cognitivas como dependentes de determinadas dinâmicas institucionais e de poder, no caso, do controle de editoras, periódicos, universidades, agências de fomento e congressos internacionais (cf. Alatas, 2003; Beigel, 2012; Keim, 2008; Medina, 2013). Tais dinâmicas expressariam mecanismos de manutenção e promoção de conhecimentos e tecnologias do centro da produção científica global, reproduzindo desigualdades de toda a ordem. A obra em questão está em sintonia com essas perspectivas, que se

expressam por meio de abordagens estruturalistas que tendem a considerar diferenças hierárquicas na ciência com referência a dinâmicas de colonização cognitiva, fluxos desiguais de cientistas e conhecimento e, não menos importante, diferenças no fomento à ciência nos distintos espaços de prática científica.

Majoritariamente, tal literatura, à qual o livro se junta (mas não sem crítica), tende a tomar diferenças hierárquicas como estáveis, generalizadas e, *grosso modo*, quase naturais. Toma o centro a partir de locais geograficamente determinados como “Norte global” e tende a ter dificuldade em considerar a economia global do conhecimento em construção, ou seja, em constante processo de “cópia e transformação” (Collyer *et al.*, 2019: 146). Muitas vezes, esta literatura reproduz tacitamente o que ficou conhecido como “lugar central da ciência” na expressão de Dasgupta: “quando pensamos em ciência, geralmente nos restringimos a pensar acerca de um centro, que é pensado normalmente como incorporado em alguma comunidade científica europeia ou norte-americana” (Dasgupta, 2016: 382). A diferença centro/periferia não é problematizada pela maior parte dessa literatura, ao contrário, é tomada como objetiva e estrutural para a economia global do conhecimento. Em parte, repercute-se a famosa dicotomia estudada por Edward Said (2001) entre “Ocidente” e “Oriente”, em que a ideia de periferia corresponderia à ideia de Oriente.² O livro em questão junta-se a outros esforços teóricos (ver Ferreira, 2019; Medina, 2014; Medina *et al.*, 2014;

² O orientalismo é definido como um estilo de pensamento que distingue onto e epistemologicamente “o Oriente” e (a maior parte do tempo) “o Ocidente”. Estes estilos de pensamento como a distinção “Oriente” e “Ocidente”, “centro” e “periferia” necessitam opor uma parte a outra e produzem sempre hierarquias com alta carga de valor depreciativo, quase sempre racistas, no afã de ressaltar o próprio valor de superioridade. “[...] a cultura europeia ganhou em força e identidade comparando-se com o Oriente como uma espécie de identidade substituta e até mesmo subterrânea, clandestina” (Said, 1990: 15).

Neves, 2014) que visam exatamente ir contra estas naturalizações ao se focarem na prática e em processos pelos quais o conhecimento científico (e as diferenças hierárquicas) é criado cotidianamente, com recursos e interesses localizados, embora em constante interação com cenários globais de produção científica. Muitos destes novos estudos, mesmo que reconhecendo processos estruturais de hierarquização, preferem tratar de processos de autoatribuição (Neves, 2020) que organizam e estabilizam diferenças hierárquicas. Retornarei a este ponto mais adiante.

A pesquisa que serviu de suporte para o livro ajuda no desafio da desnaturalização acima mencionada. Importa aos autores “carreiras pessoais, privilégio institucional, interesses nacionais, lealdade cultural, necessidades sociais e – não menos importante – os próprios interesses do conhecimento” dos pesquisadores do Sul global (Collyer *et al.*, 2019: 22). Neste nível de análise, enfatizando aqui a dimensão etnográfica, as diferenças hierárquicas são vistas articulando-se com as práticas rotineiras, estratégias de carreiras e expectativas culturais mais amplas, de modo a oferecer ao leitor um quadro da economia global do conhecimento em transformação nos novos domínios de pesquisa escolhidos pelos autores da obra. Nestes domínios, as hierarquias entre Norte e Sul são apresentadas contra o estereótipo difundido.

Pesquisadores no Sul frequentemente combinam ativismo com pesquisa. Eles tinham e ainda têm fortes conexões com o Norte. Para muitos, estas começaram com um período de estudo fora [do local

de origem], maioritariamente envolvendo formas de colaboração com financiadores e pesquisadores do Norte. Estes relacionamentos ainda são por vezes desiguais e parasitários, alinhando-se com a concepção de extroversão de Hountondji. Mas, nestes novos domínios há mais espaço para os pesquisadores do Sul usarem sua *expertise* e localização para moverem o pêndulo para longe do domínio do Norte e em direção a termos mais igualitários de engajamento. Em alguns casos, os nossos pesquisadores do Sul reivindicam paridade com pesquisadores do Norte – mesmo que frequentemente admitam que permanecem dependentes dos fundos de financiamento do Norte. (Collyer *et al.*, 2019: 52)

As hierarquias, portanto, são aqui refeitas e, a meu ver, a razão para isto se relaciona às agendas de pesquisa globais ou à sua negação.³ A ordem legítima de símbolos, práticas, valores e crenças que governam a ciência global é reconhecida como vinculada exclusivamente ao seu suposto centro. No caso da economia global do conhecimento, instaura-se uma ordem legítima por meio da construção de agendas de pesquisas internacionais, com capacidade de reprodução ampla por meio de fluxos desiguais de pesquisadores, publicações, congressos e patentes cuja estabilidade é dinâmica, como mostra o livro em questão. Na dimensão da construção do conhecimento, as agendas internacionais legítimas operam na distinção do conhecimento válido (com poder de circulação) e não

³ No capítulo 4 do livro em questão, é apresentado um mapa estatístico dos três domínios pesquisados, mostrando, em um período de 35 anos (1980-2015/2016), o pleno domínio dos *Publishers* e periódicos dos Estados Unidos da América, com alguma participação inglesa e alemã. Aqui também se nota a influência de agendas de pesquisa do Norte na manutenção das hierarquias ao dominar os meios de produção e reprodução da ciência.

válido (local, de pouca circulação).⁴ Como afirma Latour (2000: 371-372):

Em outras palavras, não precisamos opor o conhecimento local dos chineses ao conhecimento universal dos europeus, mas apenas dois conhecimentos locais, só que um tem forma de rede, e transporta móveis imutáveis num trajeto de ida e volta para atuar a distância. [...] Quem inclui e quem é incluído, quem localiza e quem é localizado não são coisas que constituam diferenças cognitivas ou culturais, mas que resultam de uma luta constante.

Esta luta, claro, é muito desigual. Afinal, lembremos Merton (1968), ao expressar o “efeito Matheus”: quem tem mais tende a ganhar mais, quem tem menos, tende a ganhar menos. Há no sistema científico uma tendência inercial à “oligopolização”, cuja dinâmica é também expressa pela capacidade das “centrais de cálculo” (Latour, 2000) a impor sua agenda. Isso se relaciona à circulação unilateral, seja de pessoas (do Sul que buscam treinamento no Norte), seja de ideais (do Norte importados pelo Sul). Cria-se entre os diversos locais de prática científica uma cumplicidade que mantém as dinâmicas de poder intactas, beneficiando coletivamente o “centro” e alguns indivíduos na “periferia”, supostos porta-vozes de teorias e métodos alhures.⁵

A tendência ao acúmulo inercial de crédito científico por parte das centrais de cálculo contamina também aqueles que por lá passam, dotando-lhes de condições de partida diferenciadas que acabam refletindo no produto científico imediato, ou seja, pesquisa, publicação, patente, em um jogo que ninguém perde: ganha a central de cálculo, a despeito da qualidade de sua formação, ganham os cientistas que por lá passam, a despeito de sua competência. (Neves e Lima, 2012: 271)

O livro é farto em relatos que respondem e acrescentam a este debate, a começar pelo estudo de trajetórias e histórias cotidianas (capítulo 3) e da influência do uso massivo das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas práticas profissionais. É dada atenção, no entanto, para aspectos de “subversão” da mera cópia de padrões do Norte, em função, exatamente, desses novos domínios estarem em construção, fomentando mais espaços para proposição de novas e criativas estratégias para lidar com as desigualdades de toda a ordem, as quais vão impactar na produção de novas agendas. Estas estratégias envolvem *networking* por meio das novas TIC que “amplificam o espaço do pesquisador” ao mantê-lo, quase sincronicamente, informado dos conhecimentos e técnicas desenvolvidos em outros contextos (Collyer *et al.*, 2019: 74). Em vez de os pesquisadores treinados no Norte repercutirem

⁴ O trabalho de Pinheiro (2018) mostra de forma incontroversa a atuação de editores de periódicos internacionais conhecidos no controle da agenda editorial, de interesse para o Norte global, contra uma agenda de objetos e teorias do Sul.

⁵ Vale uma nota com um curioso relato de pesquisa. Participei de uma banca de qualificação de doutorado em que um colega com formação em uma universidade europeia inicia sua fala afirmando: “eu e [nome ocultado] somos os maiores conhecedores da teoria [nome ocultado] no Brasil”. Nos bastidores, o membro externo da banca, sem poupar na ironia, quis saber mais do colega e me perguntou se ele tinha procuração do autor da teoria – que ele julgava saber mais que o resto do Brasil – para representá-lo no meio dessa “gente ignorante”.

diretamente tais aprendizados em seus países de origem, reproduzindo agendas de fora, articulam as suas condições de trabalho – simbólicas (conhecimentos locais), institucionais e materiais – com tais aprendizados. Parte desses processos, segundo os autores, levaria a uma reformulação do conceito “extroversão” de Hountondji (1995):

[m]ais que simplesmente descrever como a periferia imita o Centro, nós sugerimos que extroversão poderia se referir melhor ao processo complexo (e por vezes contraditório) no qual os trabalhadores do conhecimento lidam ativamente com subordinação. (Collyer *et al.*, 2019: 81)

Ou seja, o que vemos é uma passagem conceitual da ideia de “imitação” para a de “lidar com a subordinação”. Isso significa que a abordagem das assimetrias na economia global do conhecimento deveria observar mais detalhadamente as negociações e estratégias criativas que os cientistas realizam em seus cotidianos profissionais, levando, não raras vezes, à contestação. Claro que estas estratégias criativas ainda esbarram em questões bem tratadas no livro, a saber, o domínio da língua inglesa como linguagem científica universal e o controle das editoras do Norte sobre o fluxo total de conhecimento. Mesmo aí há buscas de alternativas para escapar desse domínio, por exemplo, quando

editores do Sul priorizam a feira do livro de Guadalajara, no México, à poderosa feira do livro de Frankfurt, entrando em um mercado massivo de “publicações em língua espanhola, atraindo aproximadamente 2000 editoras de 40 países anualmente” (*ibidem*: 144), destacando, aos olhos do Norte, autores do Sul global que não teriam oportunidades de apresentar seus trabalhos, seja por conta da língua, seja pela limitação de editoras locais.⁶

O livro é extensivo nos temas, abordagens e casos apresentados, no entanto, penso que dois outros passos poderiam contribuir para aprofundar a compreensão das dinâmicas de poder e hierarquia na economia global do conhecimento. Por um lado, poderia haver maior vinculação com uma literatura já madura sobre os Estudos Sociais em Ciência e Tecnologia (ESCT) – deficitários na obra – e, por outro, abordar as construções das hierarquias do conhecimento sob a perspectiva das dinâmicas subjetivas de periferização e subalternização dos trabalhadores do conhecimento do Sul.

Nos casos dos ESCT, em geral, enfatizam-se elementos contextuais do conhecimento produzido, portanto, dever-se-ia suspender o foco nos aspectos que exprimem sua universalidade, utilizando-se métodos de investigação que permitissem localizar a verdade científica no seu contexto social mais imediato, no seu local de prática, em situações cotidianas. Pode-se observar esta ênfase, em particular, na noção de Donna Haraway de “conhecimento situado” e na

⁶ Destaca-se assim uma outra forma de estratégia que busca maior conexão científica entre países do Sul global. E não podemos deixar de mencionar o caso brasileiro do programa governamental Ciência sem Fronteira, que entre 2012 e 2016 financiou (em 13 bilhões de reais) aproximadamente 93 mil estudantes brasileiros para estudos e pesquisa no exterior. Cerca de 99% das bolsas foram destinadas a universidades de países do Norte global – como, por exemplo, Estados Unidos (27 821 bolsas), Reino Unido (10 740 bolsas), Canadá (7311 bolsas), França (7229 bolsas) e Austrália (7074 bolsas) –, sendo pouquíssimas as bolsas que foram destinadas a países do Sul global (43 bolsas para o Chile, 18 para o México e 16 para a África do Sul). Estes números nos informam que, pelo menos no Brasil, a estratégia Sul-Sul não tem quase nenhum apoio político (dados consultados a 22.03.2020, em <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/bolsistas-pelo-mundo>).

ideia de Helen Longino de “epistemologia local” (Thorpe, 2007: 72). Esta posição epistemológica abriria novas possibilidades de estudo, buscando a diversidade em contraposição à suposta unidade que os termos “Norte/Sul”, “colônia/metrópole”, “centro/periferia” e “economia global do conhecimento”, sugerem. O foco na prática poderia revelar mais diversidade nos variados contextos pesquisados, acrescentando mais uma dimensão à ideia dos autores do livro do “sistema global do conhecimento como [...] imperfeitamente integrado” (Collyer *et al.*, 2019: 154).

Finalmente, um outro foco a incrementar à pesquisa seria o das dinâmicas subjetivas de periferização e subalternização. O processo de legitimação de hierarquias na ciência – que indicam o “Sul” e o “Norte”, o “centro” e a “periferia” – sustenta-se, como dito acima, na prática que se orienta por expectativas hierárquicas generalizadas. Em contextos nos quais os trabalhadores do conhecimento atribuem-se a si mesmos uma condição de inferioridade, suas expectativas sobre o conhecimento, método e objeto que produzem se veem inferiorizados e periferizados, a despeito do que quer que façam: “a prática cotidiana da ciência nestes contextos é orientada por valores e procedimentos, conscientes ou não, de subalternização” (Neves, 2020). Ou seja, há uma tendência,

subjetivamente orientada, que no Sul global os trabalhadores do conhecimento já partem de uma posição de inferioridade, porque, ao ter como referência outros contextos – onde se formaram, periódicos nos quais os líderes de suas áreas de saber publicaram, congressos de grande circulação –, criam “dinâmicas atencionais” (Zerubavel, 2015) que organizam a lógica da relevância científica contra si.

Neste sentido, juntando-se a ideia de prática dos ESCT com a ideia de dinâmicas subjetivas de inferiorização, possivelmente o mapa global do conhecimento poderia ser outro. Ficam as perguntas: como esta pesquisa se comportaria se suspendêssemos os julgamentos prévios a respeito da ciência do “Sul” e do “Norte”, do “centro” e da “periferia”? Como seria vista a ciência produzida pelos trabalhadores do conhecimento do Sul se o parâmetro fosse exclusivamente os seus próprios objetivos, incluindo objetos e agendas locais e publicações em periódicos nacionais? O livro não se propõe a responder-las, mas as respostas a estas questões serão fundamentais para a compreensão mais aprofundada das dinâmicas de hierarquização da ciência.

Fabrcio Neves

Revisto por Alina Timóteo

Referências bibliográficas

- Alatas, Syed F. (2003), “Academic Dependency and the Global Division of Labour in the Social Sciences”, *Current Sociology*, 51(6), 599-613.
- Beigel, Fernanda (org.) (2012), *The Politics of Academic Autonomy in Latin America*. Farnham: Ashgate Publishing.
- Collyer, Fran; Connell, Raewyn; Maia, João; Morell, Robert (2019), *Knowledge and Global Power: Making New Science in the South*. Clayton: Monash University Publishing.
- Dasgupta, Deepanwita (2016), “Scientific Practice in the Contexts of Peripheral Science: C. V. Raman and His Construction of a Mechanical Violin-Player”, *Perspectives on Science*, 24(4), 381-395.

- Ferreira, Mariana (2019), “Periferia pensada em termos de falta: uma análise do campo da genética humana e médica”, *Sociologias*, 21(50), 80-115.
- Hountondji, Paulin J. (1995), “Producing Knowledge in Africa Today: The Second Bashorun M. K. O. Abiola Distinguished Lecture”, *African Studies Review*, 38(3), 1-10.
- Hountondji, Paulin J. (1997), *Endogenous Knowledge: Research Trails*. Dakar: Codesria.
- Keim, Wiebke (2008), “Social Sciences Internationally: The Problem of Marginalisation and Its Consequences for the Discipline of Sociology”, *African Sociological Review*, 12(2), 22-48.
- Latour, Bruno (2000), *Ciência em ação*. São Paulo: Unesp.
- Medina, Eden; Marques, Ivan; Holmes, Christina (orgs.) (2014), *Beyond Imported Magic: Essays on Science, Technology, and Society in Latin America*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Medina, Leandro R. (2013), “Objetos subordinantes: la tecnología epistémica para producir centros y periferias”, *Revista Mexicana de Sociología*, 75(1), 7-28.
- Merton, Robert K. (1968), “The Matthew Effect in Science: The Reward and Communication System of Science”, *Science*, 199, 55-63.
- Merton, Robert K. (1970), *Science, Technology and Society in Seventeenth-Century England*. London: Harper Torchbooks.
- Morel, Regina Lúcia de Moraes (1979), *Ciência e Estado: a política científica no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz.
- Neves, Fabrício (2014), “A contextualização da verdade ou como a ciência torna-se periférica”, *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 14, 556-574.
- Neves, Fabrício (2020), “A periferização da ciência e os elementos do regime de administração da irrelevância”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 35(104), e3510405. Consultado a 08.06.2020, em <https://doi.org/10.1590/3510405/2020>.
- Neves, Fabrício; Lima, João Vicente Costa (2012), “As mudanças climáticas e a transformação das agendas de pesquisa”, *Liinc em Revista*, 8(1), 268-282.
- Pinheiro, Joaquim (2018), “A geopolítica do conhecimento em periódicos científicos internacionais: a controvérsia entre editoras e editores sobre as questões agrária e camponesa”. Tese de Doutorado em Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Said, Edward W. (1990), *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução de Tomás Rosa Bueno.
- Shapin, Steven (1995), *A Social History of Truth*. Chicago: Chicago Press.
- Thorpe, Charles (2007), “Political Theory in Science and Technology Studies”, in Edward J. Hackett; Olga Amsterdamska; Michael Lynch; Judy Wajcman (orgs.), *The Handbook of Science and Technology Studies*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Zerubavel, Eviatar (2015), *Hidden in Plain Sight: The Social Structure of Irrelevance*. New York: Oxford University Press.